

Comissão avalia que corte é só para bancar juros

A sobrecarga de R\$ 20 bilhões nessa conta empata com o impacto das medidas anunciadas

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Integrantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso consideram que as medidas econômicas anunciadas ontem pelo governo para promover um ajuste de R\$ 20 bilhões têm um único objetivo: cobrir o rombo provocado nas contas públicas pela alta dos juros. "Todo esse gigantesco esforço é só para pagar a conta dos juros", definiu o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

No início da semana passada, a assessoria técnica da comissão havia estimado que, ao dobrar a taxa de juros, o governo teria de arcar exatamente com um acréscimo de R\$ 20 bilhões em suas contas em 1998. Isso na hipótese de a taxa declinar ao longo do ano, até voltar, em dezembro, ao nível de outubro de 1997, antes da crise nas bol-

sas. Sem a diminuição, a conta subiria para R\$ 27 bilhões.

Na quinta-feira, durante reunião com a cúpula da Comissão de Orçamento, o Ministério do Planejamento confirmou que o impacto dos juros poderia alcançar os R\$ 20 bilhões. A proposta apresentada ontem indica que o ajuste, entre corte de despesa e aumento de receita, chegará a R\$ 19,72 bilhões, mas só estão demonstrados R\$ 18,22 bilhões. A diferença deve-se, justificou o governo, a medidas que ainda seriam anunciadas.

Ney Suassuna deverá reunir-se hoje com o relator-geral do Orçamento, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), e com os sub-relatores, para examinar os cortes no Orçamento de 1998 já relacionados pela equipe econômica. A comissão já constatou que, ao contrário do que prometeu o governo, R\$ 650 milhões serão suprimidos sobretudo de programas sociais para idosos e deficientes. Eles são beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social, cujo fundo é administrado pelo Ministério da Previdência. "Vão tirar dinheiro dos pobres", definiu

o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), integrante da Comissão de Orçamento.

Segundo o pacote divulgado ontem, os gastos com atividades em 1998 — que somam R\$ 31,7 bilhões, segundo a proposta orçamentária do governo — sofrerão redução de 15%. Como dessa conta em especial — que se refere a outras despesas de custeio e capital —, está excluída a área social, os cortes recairão sobre cerca de R\$ 13 bilhões. A economia de R\$ 1,7 bilhão que o governo pretende alcançar nessa conta é o maior corte efetivo sobre a despesa no Orçamento de 1998.

O governo também planeja suprimir 6% dos R\$ 8,2 bilhões — cerca de R\$ 500 milhões — reservados para projetos. Os cortes em atividades, projetos e programas de assistência social somam cerca de R\$ 2,9 bilhões. O número aproxima-se dos R\$ 3 bilhões que o

Congresso esperava inicialmente remanejar para suas emendas individuais e coletivas. Mesmo com o pacote, o Congresso continua disposto a preservar suas emendas, sobretudo as individuais — R\$ 800 milhões para os redutos eleitorais dos deputados e senadores.

"Nós vamos manter nossas emendas, mas sabemos que teremos muito menos recursos", previu Ney Suassuna. O presidente é favorável a "sacrificar" as emendas coletivas, nas quais estão as grandes obras pedidas pelos governadores. Elas deverão ficar com menos de 15% da

verba inicialmente reservadas para as bancadas — ou cerca de R\$ 300 milhões.

Mas há quem discorde da cúpula da comissão. "Vou propor que privilegiemos as emendas coletivas, que são obras estruturantes, em vez de picar o dinheiro nos municípios", disse Paulo Bernardo.

**ÁREA SOCIAL
TAMBÉM SERÁ
AFETADA, DIZ
DEPUTADO**